

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

7ª Reunião Ordinária 15 de Dezembro de 2011 às 14:30 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Edson Ferrarini

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 716/2011	Deputado Ulysses Tassinari	Dispõe sobre o serviço comunitário compulsório para formandos em Medicina nas universidades públicas do Estado.	Deputado Dilmo dos Santos	favorável	
2	Projeto de lei Complementar 33/2011	Deputado Marco Aurélio de Souza	Altera a Lei Complementar nº 1078, de 2008, que institui Bonificação por Resultados - BR no âmbito da Secretaria da Educação.	Deputado Isac Reis	favorável	
3	Projeto de lei Complementar 62/2011	Governador	Altera a redação do parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 478, Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado.	Deputado Mauro Bragato	favorável	
4	Processo 3779/2011	Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo	Encaminha documentação para posterior apreciação da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho.	Deputado Mauro Bragato	propondo Indicação	
5	Processo 4980/2011	Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo	Solicita empenho na solução do problema salarial da categoria, bem como informações sobre as medidas em curso para revitalizar os institutos de pesquisa da Administração Direta.	Deputado Mauro Bragato	propondo Indicação	
6	Processo 5458/2011	União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	Solicita providências quanto ao reajuste dos salários-base dos servidores públicos estaduais.	Deputado Mauro Bragato	propondo encaminhamento de ofício e posterior arquivamento dos autos	

7	Processo 6952/2011	Sindicato dos Trabalhadores em Rodoviários de Americana e Região	Encaminha documentação para posterior apreciação da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho.	Deputado Mauro Bragato	propondo encaminhamento de ofício e posterior arquivamento dos autos	
---	-----------------------	--	---	---------------------------	--	--

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

7ª Reunião Ordinária 15 de Dezembro de 2011 às 14:30 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Edson Ferrarini

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
8	Moção 31/2011	Deputado Adriano Diogo	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Governador do Estado a fim de que encaminhe projeto de lei complementar que inclua os companheiros ou companheiras na constância da união homoafetiva como dependentes dos servidores policiais militares, para fins de recebimento de pensão.	Deputado Isac Reis	favorável	J.Z.P.
9	Moção 53/2011	Deputado José Bittencourt	(CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 393, de 2001, que dispõe sobre a redução de jornada de trabalho e o aumento do valor mínimo da hora extraordinária, seja apreciada e aprovada com a maior urgência.	Deputado Isac Reis	favorável	
10	Moção 60/2011	Deputado José Bittencourt	(CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a aprovação do Projeto de Lei 1652 de 2003, que altera a Lei nº 5.859, de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico.	Deputado Isac Reis	favorável	

11	Moção 77/2011	Deputado José Bittencourt	(CONCLUSIVA) Apela para Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, a fim de que seja aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 234 de 2011, que suspende a Resolução 1/99 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe o tratamento para curar homossexuais.	Deputado Dilmo dos Santos	favorável. Voto em Separado do Deputado Luiz Cláudio Marcolino contrário.	J.Z.P.
12	Moção 104/2011	Deputado José Bittencourt	(CONCLUSIVA) Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que o Projeto de Lei 99, de 2007, que regulamenta a profissão de motorista e concede adicional de penosidade de no mínimo 30% para esses profissionais, seja aprovado.	Deputado Rodrigo Moraes	favorável	